

**“Sai do meu
país!” x “não vou
embora!”:**

**Análise de práticas
discursivas de ataque e
de resistência a partir da
ótica dos estudos da fala-
em-interação social**

Carlos Gustavo Camillo Pereira (PUC-Rio/UFRJ)
pereiracgc@gmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise de uma interação xenófoba entre um refugiado no Brasil e outros três cidadãos brasileiros. Assim, intenta-se compreender como as relações de poder, as hegemonias, as apresentações de si são materializadas durante a referida interação social. Para a condução da análise, são utilizados os pressupostos da Análise da Conversa Etnometodológica e da Análise Crítica do Discurso. Os resultados apontam que as práticas de ataques são realizadas por meio de recursos macrodiscursivos, ao passo que a defesa é feita a partir de uma perspectiva microdiscursiva. Além disso, evidencia-se a existência de crenças preconceituosas sobre a pessoa em situação de refúgio, a qual é discursivamente construída como um indivíduo cuja finalidade é aumentar a competição no mercado de trabalho ou, até mesmo, roubar direitos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Análise da Conversa Etnometodológica; Análise Crítica do Discurso; Refugiado; Desigualdades; Xenofobia.

1 CONSIDERAÇÃO INICIAIS

O fenômeno da migração é comum e frequente em muitos países e suas motivações são diversas, tais como a busca por melhores condições de vida ou pela própria preservação da existência devido à ocorrência de situações climáticas extremas, aos perigos sanitários ou à existência de conflitos armados (PEREIRA, 2020). Dessa maneira, essa temática tem motivado o desenvolvimento de muitas pesquisas e trabalhos com variadas finalidades que vão desde a tentativa de propor alternativas de acolhimento de pessoas em situação de refúgio (ANTUNES, 2017), a promoção de inteligibilidades sobre como o imigrante significa as suas experiências e seus sonhos (PEREIRA, 2013) e até mesmo às especificidades da prestação de trabalhos voluntários para as pessoas em situação de refúgio (PEREIRA, 2021).

Nesse cenário, esse trabalho se propõe a analisar determinada interação entre um refugiado no Brasil e outros três cidadãos brasileiros, de modo a observar como ocorre uma sequência de ataque xenófobo e a resistência nesse contexto.

Tendo em vista que a Análise da Conversa Etnometodológica é acusada de não ser um instrumento relevante para a investigação dos fatos sociais devido aos seus comprometimentos com um posicionamento estritamente êmico e sua preocupação com o escrutínio das ações interacionais de ordem micro (BILLIG, 1999), o segundo objetivo deste trabalho é concluir se essa abordagem teórica mostrou-se relevante para a análise da interação social aqui investigada.

Mais especificamente em relação à construção deste trabalho, ele é dividido em três principais partes. Após a introdução, há a seção referente aos fundamentos teóricos das pesquisas em Análise da Conversa Etnometodológica. Além disso, ainda nesta seção, há um subsegmento em que são expostas as (in)compatibilidades entre a Análise da Conversa Etnometodológica e a Análise Crítica do Discurso. Esse empreendimento é feito, majoritariamente, a partir dos textos de Billig (1999) e Schegloff (1999).

Adicionalmente, a seção posterior é referente aos procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento deste trabalho. Assim, é contextualizado como se deu a geração de dados, bem como disponibilizam-se, no anexo, as convenções de transcrições adotadas neste trabalho. Subsequentemente, há a seção referente à análise dos dados que se investiga, turno a turno, a interação entre o refugiado e os demais participantes no evento discursivo. Por fim, procede-se para as considerações finais e para as referências que constituem este estudo.

Por fim, espera-se que este trabalho possa contribuir para a compreensão de como as ações xenófobas e as resistências às práticas discursivas ilegítimas se constroem dentro das interações de fala-em-interação por meio de uma análise que se propõe a investigar o discurso a partir de uma ótica da microssociologia da interação (SACKS, 1984; GOFFMAN, 1959).

2. PRESSUPOSTO TEÓRICO

Este segmento tem como objetivo esclarecer os principais compromissos da Análise da Conversa Etnometodológica (doravante ACE) e pô-los em contraponto com as principais ideias linguísticas hegemônicas em seu momento de desenvolvimento. Além disso, também é estabelecida uma subseção a fim de descrever as (in)compatibilidades entre a ACE e a Análise Crítica do Discurso enquanto paradigmas de investigação das interações sociais.

2.1. Os fundamentos da Análise da Conversa Etnometodológica

A ACE se insere no campo de estudos da Sociologia. Apesar de lidar com a linguagem, Sacks (1984) explica que, ao analisar as interações dos indivíduos, ele não possuía nenhum interesse na investigação da estrutura linguística. Dessa forma, essa abordagem científica de análise e de investigação das ações sociais se enquadra, primeiramente, no ramo dos estudos sociológicos e etnometodológicos.

É necessário explicar-se que, de acordo com Garcez (2008), o termo “Análise da Conversação”, no Brasil, adquiriu uma acepção muito particular. Mais especificamente, o referido linguista explica que Marcuschi (1986), ao introduzir a análise da conversação no Brasil, na verdade, se utilizou de dados conversacionais com o objetivo de fortificar os estudos da Linguística Textual, que se caracterizam por ser um paradigma investigativo dos estudos da linguagem que se preocupa com os sistemas de coesão, de coerência e de diferenças entre a oralidade e a escrita (MARCUSCHI, 1997). Por isso, Garcez (2008) explica que o adjetivo “etnometodológica”, utilizado para qualificar a “análise da conversa”, é importante, uma vez que ele serve para diferenciar essas duas vertentes de estudos. Assim, a principal diferença entre as referidas abordagens é o fato de que a análise da conversa etnometodológica observa os estudos de fala e de interação a partir de uma perspectiva êmica.

O caráter etnometodológico da ACE se fundamentou a partir dos estudos em etnometodologia desenvolvidos pelo sociólogo Harold Garfinkel, ao estabelecer que “as atividades pelas quais os membros produzem e gerenciam situações de afazeres cotidianos organizados são idênticas aos procedimentos empregados para tornar essas situações relatáveis (1996 [1967], p. 1). Em outras palavras, de acordo com Garcia (2013), a etnometodologia tem como objetivo descobrir como os indivíduos realizam os afazeres da vida social. Dessa forma, há o enfoque nas interações de fala em interação; assim, “uma vez que a fala seria o primeiro meio pelo qual se realizam as atividades sociais, é necessário entender como ela funciona” (GARCIA, 2013, p. 25)¹.

1 Tradução realizada pelo autor. No original: “Since talk is the primary means of accomplishing social action it is necessary to understand how it works”.

É interessante destacar que, a ACE, proposta pelo sociólogo Harvey Sacks, desenvolveu-se pelos meados dos anos de 1960 e foi de encontro às principais tendências linguísticas e sociológicas hegemônicas naquele determinado período, o que proporcionou uma revolução dos paradigmas científicos nos termos de Thomas Kuhn (1970).

No paradigma linguístico hegemônico do momento, que se baseava na dicotomia entre competência e desempenho proposta por Chomsky (1957), era entendido que a fala, a qual figuraria na parte do desempenho da referida dicotomia, caracterizava-se pela sua natureza caótica, imprevisível e não-ordenada. Assim, segundo o pensamento Chomskyano, as falas em contextos reais não mereciam um trabalho acurado de descrição, de maneira que o modelo gerativista realizava suas pesquisas e investigações valendo-se do método da introspecção e de um hipotético “falante ideal”, que seria uma abstração de um falante com todas as condições físicas, psíquicas e espaciais ideais.

As ideias de Shegloff, Jefferson e Sacks (1977) vão de encontro aos pressupostos gerativistas, ao estabelecerem que a fala é altamente ordenada de maneira que é possível postular uma série de generalizações sobre o funcionamento da interação verbal tal como o fato de, na maioria das vezes, um falante falar de cada vez; a ocorrência de mais de um falante por vez é comum, mas breve; entre outros. Além disso, ao argumentar em favor da fala como um ato ordenado, há o estabelecimento da noção de pares adjacentes² (LODER; SALIMEN; MÜLLER, 2008), que consistem em sequências interacionais com uma configuração relativamente cristalizada, como, por exemplo, no caso do par “cumprimento-cumprimento”³ em que um indivíduo, ao cumprimentar o outro, restringe o turno de seu interlocutor a cumprimentá-lo de volta. (SACKS, 1989).

Além da já mencionada discordância com o modelo gerativista quanto à suposta falta de organização da fala, outro ponto de divergência entre os postulados de Chomsky e as propostas de Sacks (1984) se dá em relação ao método de geração de dados. Enquanto os estudos linguísticos da época faziam uso de hipóteses e da introspecção, Sacks defendia que os dados fossem gerados a partir de uma abordagem empírica e que as utilizações da imaginação e de situações hipotéticas fossem abandonadas. Nesse sentido, Sacks afirma:

Eu quero argumentar que, embora nossas imaginações sejam ricas, se nós usarmos hipóteses ou versões tipicamente hipotéticas do mundo, nós estamos limitados ao que um público profissional pode aceitar como razoável. Isso pode não parecer ser uma limitação terrível até

2 Sacks (1992, p. 4) descreve os pares adjacentes como “elocuições que se organizam sequencialmente aos pares, formando assim uma unidade”.

3 É importante registrar que o sistema de pares adjacentes também prevê a possibilidade de casos desviantes, ou seja, aqueles em que os participantes de uma dada situação interacional não atuam de acordo com as regras interacionais previstas, o que resulta em maiores discussões e adentra em outras áreas e conceituações da ACE como a questão das ações “despreferidas” (POMERANTZ, 1984; CLIFT, 2016), que não se constituem como objeto de investigação neste trabalho.

olharmos os tipos de coisas que, de fato, ocorrem. [...] Dito isso, sob tamanha limitação, muitas coisas que realmente acontecem são excluídas do uso como bases para uma teorização sobre a conversação. Eu creio que essa limitação afeta fortemente o caráter das ciências sociais. (SACKS, 1984, p. 25)⁴.

Em adição, outra importante característica do método de geração de dados da ACE se baseia no entendimento de que as interações investigadas devem ser gravadas. A fim de justificar essa abordagem de gerar dados, Sacks (1984, p. 26) explica que “[...] eu comecei com conversas gravadas simplesmente porque eu poderia pôr minhas mãos nelas e eu poderia estudá-las de novo e de novo e também, conseqüentemente, outros poderiam ver o que eu tenho estudado e [...], se eles quiserem, estarão aptos a discordarem de mim”⁵. Assim, o fato de os dados serem gravados possibilita a outros pesquisadores terem suas próprias experiências com o material analisado, proporcionando diferentes perspectivas.

Por fim, a ACE é entendida como uma forma de microsociologia, uma vez que ela se debruça sobre interações sociais entre indivíduos, em vez de, por exemplo, observar as dinâmicas das lutas de classes sociais, que se consiste em um objeto da macrosociologia, como é o caso da teoria social desenvolvida por Marx (2005 [1848]). Adicionalmente, nesse paradigma de pesquisa, busca-se compreender o que, de fato, está materializado na interação analisada sem que haja qualquer tipo de interpretação direcionada, o que evita todo e qualquer tipo de comprometimento prévio ao lidar com os dados.

2.2. As (in)compatibilidades entre a Análise da Conversa Etnometodológica e a Análise Crítica do Discurso (ACD)

Como foi possível observar, os principais compromissos da ACE consistem no entendimento de que as ações são realizadas a partir da fala-em-interação, diferentemente do que se propunha pela linguística desde sua fundação a partir da obra de Saussure (2012 [1916]) e do seu desenvolvimento em Chomsky (1975). Assim, para que uma pesquisa possa ser realizada a partir dos pressupostos da ACE, ela precisa aceitar e enquadrar-se a alguns postulados da referida teoria: (i) a fala é uma prática altamente ordenada, (ii) os dados devem ser gerados a partir da observação empírica das interações (STIVERS; SIDNELL, 2013), (iii) os dados não só devem ser gravados, como também transcritos cuidadosamente levando-se em consideração os tons prosódicos,

4 Tradução realizada pelo autor. No original: “I want to argue that, however rich our imaginations are, if we use hypothetical, or hypothetical-typical versions of the worlds we are constrained by reference to what an audience, an audience of professionals, can accept as reasonable. That might not appear to be a terrible constraint until we come to look at the kinds of things that actually occur. [...] That is to say, under such a constraint many things that actually occur are debarred from use as a basis for theorizing about conversation. I take it that this debarring affects the character of social sciences strongly.”

5 Tradução realizada pelo autor. No original: “I started to work with tape-recorded conversations, but simply because I could get my hands on it and I could study it again and again, and also, consequentially, because other could look at what I had studied and [...] if [...] they wanted to be able to disagree with me.

as pausas, a aceleração de fala entre outros recursos orais (GARCIA, 2013) e (iv) deve-se evitar toda e qualquer hipótese sobre os dados. Antes, é necessário que todas as análises do investigador se desenvolvam apenas a partir do que está, de fato, materializado nos dados observados (SACKS, 1984).

O posicionamento da ACE, ao estabelecer que os dados sejam investigados a partir de uma perspectiva “desmotivada”, resultou em muitas críticas, principalmente por parte dos adeptos da vertente crítica da análise do discurso, uma vez que, nesse modelo investigativo, tem-se a compreensão de que os discursos circulantes na sociedade são originados a partir de práticas sociais hegemônicas. Nesse sentido, todo discurso não é simplesmente uma forma de produção da fala; pelo contrário, ele está arraigado e comprometido com as ideologias dominantes presentes na sociedade e, como consequência, o discurso possui o poder de naturalizar práticas prejudiciais, racistas, preconceituosas ou, até mesmo, de denunciá-las e proporcionar uma mudança social (VAN DIJK 2008, 2012, 2017; FAIRCLOUGH, 1989, 2003).

Dessa maneira, os analistas críticos do discurso entendem que a investigação discursiva é uma atividade política e demanda um posicionamento social em favor dos grupos minoritários, subjugados e oprimidos antes mesmo do ato de analisar qualquer prática discursiva. Todavia, esse posicionamento não é isento de críticas. A principal argumentação que deslegitima uma pesquisa crítica, a qual possui um posicionamento político-social antes de analisar os dados, consiste no entendimento de que seria antiético olhar para qualquer dado de forma enviesada. Porém, Van Dijk (2017) defende que a neutralidade é um mito científico e que desenvolver análises discursivas sem um posicionamento político explícito também é uma escolha política⁶ e esclarece que “os estudiosos de ECD⁷ são conscientes de que os estudos discursivos de problemas sociais [...] podem efetivamente beneficiar grupos dominados e podem [...] contribuir para o abandono ou para a mudança de práticas discursivas ilegítimas.” (VAN DIJK, 2017, p. 16).

Sem dúvida, a principal crítica à ACE foi desenvolvida pelo analista crítico do discurso, Michael Billig. A primeira crítica realizada por Billig (1999) consiste no fato de as pesquisas em ACE, durante as transcrições dos dados de fala, se referirem aos atores sociais de forma neutra e descompromissada, tal como a partir de recursos como letras e numerações como em “indivíduo A”, “indivíduo B”, “pessoa 1”, “pessoa 2”, ou por meio de nomeações fictícias.

6 Fabrício (2006) proporciona uma importante reflexão a respeito de uma possível incoerência na postura epistemológica de alguns analistas críticos, uma vez eles postulam que a realidade é complexa e não essencialista, mas, ironicamente, alguns de seus adeptos agem como se houvesse uma realidade objetiva ao ponto de não apenas saberem identificar todas as ideologias dominantes, mas também de estarem aptos a libertarem todos os supostos dominados e subjugados por essas práticas discursivas ilegítimas. Assim, como consequências, os indivíduos são meros sujeitos esperando a salvação que virá de um analista crítico do discurso que detém a “verdade” a respeito da realidade.

7 A referida sigla significa “Estudos Críticos do Discurso” e é um sinônimo para Análise Crítica do Discurso, que também pode ser chamada de Análise do Discurso Crítica.

Segundo Billig (1999), essa atitude durante a descrição dos dados, é inadequada, uma vez que há dados que foram gerados a partir de interações em que há um evidente desnível entre os participantes, além do exercício de poderes ilegítimos como em situações de violência física, por exemplo. Nesse contexto, claramente há um “abusador” e uma “vítima”, por isso, a utilização de uma nomeação neutra e socialmente descompromissada para se referir aos participantes envolvidos na interação seria, na melhor das hipóteses, completamente inadequada.

Adicionalmente, Billig (1999) antecipa-se ao fato de que alguns analistas da conversa poderiam rebater as suas críticas a respeito da questão da nomeação dos participantes da interação argumentando que suas pesquisas não estão interessadas em investigar situações sociais excepcionais e pouco frequentes, como é o caso de interações em que há existência de violência; por isso, eles voltam-se apenas para análise de interações do dia a dia, que normalmente não possuem esse grau de agressão.

Contrariando os analistas da conversa, Billig (1999) se fundamenta em estudos feministas para explicar que situações como violência doméstica, por exemplo, são altamente frequentes e rotineiras, logo essas interações não devem ser vistas como casos excepcionais e, infelizmente, fazem parte do cotidiano social. Além disso, vale destacar que, somente no Brasil, a cada um minuto, 25 mulheres sofrem algum tipo de violência doméstica⁸; logo, esses dados reforçam a perspectiva de Billig ao afirmar que seria completamente inviável estabelecer que interações de violência não façam parte do cotidiano dos indivíduos e, assim, a questão da nomeação neutra e descompromissada torna-se um problema.

Por fim, além de Billig (1999) afirmar que os analistas da conversa não estão interessados nas assimetrias de gênero que estão presentes no sistema de troca de turnos, ele entende que a prática da análise desmotivada da ACE pode ser, em alguns casos, repulsiva e questiona: “de que maneira as vítimas são ‘coparticipantes’ na interação em que são abusadas? Atenção ao que o abusador e a vítima compartilham em comum, em termos de organização da fala, parece perder o ponto principal” (BILLIG, 1999, p. 555)⁹.

Em relação às críticas de Billig, Schegloff (1999) entende que, de fato, uma análise turno a turno de um episódio de estupro, por exemplo, não se sustentaria. No entanto, ele se utiliza de sua experiência pessoal ao declarar que, por exemplo, foi convidado para compor uma banca de defesa de tese de doutorado, cujo foco não era necessariamente a análise da conversa, mas que a pesquisa tratava da reincidência da violência doméstica a partir da investigação de entrevistas e de dados policiais. Então, Schegloff (1999, p. 561) afirma que “isso me pareceu convincente que nós, analistas da conversa, estamos aptos a fazer contribuições por meio do uso dos recursos da análise da conversa”.¹⁰

8 Essa informação pode ser checada na seguinte matéria jornalística: <https://piaui.folha.uol.com.br/cada-minuto-25-brasileiras-sofrem-violencia-domestica/> Acesso em: 31 out. 2021.

9 Tradução realizada pelo autor. No original: In what sense are victims ‘co-participants’ in talk which abuses them? Attention to what abuser and victim share in common, in terms of the organization of talk, would seem to miss the point”.

10 Tradução realizada pelo autor. No original: It seemed to me congenial that we (conversation analysts that is) should be able to make a contribution using conversation analytic resources.

Em se tratando da suposta despreocupação com as relações assimétricas no sistema de troca de turnos, por parte dos analistas da conversa, Schegloff (1999) explica que Billig está equivocado em seu raciocínio uma vez que ele confunde toda a organização do sistema de troca de turnos com o caráter da tomada de turno de uma determinada interação. Adicionalmente, é explicado que alguns tipos de interações, como no caso de muitos contextos institucionais, possuem turnos pré-alocados exemplificados nas situações de “juiz-advogado” ou “entrevistador-entrevistado”.

Schegloff (1999, p. 562) enfatiza a necessidade de se olhar para as interações de maneira desmotivada, e acrescenta que “se essa posição é ideologicamente problemática para Billig ou qualquer outro analista crítico do discurso, eu simplesmente tenho que viver com isso – sem me desculpar, devo acrescentar”.¹¹

Em adição, Schegloff (1999) demonstra a incompatibilidade da ACE com a ACD ao afirmar que os analistas da conversa, diferentemente dos analistas críticos do discurso, entendem que eles estão em um processo contínuo de compreensão de como o mundo social funciona e que essa compreensão ocorre por meio de um longo e acurado escrutínio; todavia, ao referir-se aos analistas críticos do discurso, eles são descritos como aqueles que, aparentemente, entendem como funciona todo o mundo social, uma vez que já possuem suas pressuposições estabelecidas ao analisarem as interações sociais. Dessa maneira, Schegloff (1999, p. 567) conclui que “os analistas da conversa certamente acharão problemático estipular e pressupor as relações no mundo da mesma maneira que a análise crítica do discurso presume”.¹²

Embora as diferenças sejam abundantes, as compatibilidades também são. Nesse sentido, Van Dijk (1999) explica que, ao lidar com a ACE e com a ACD, é importante assumir uma postura cautelosa para não acreditar em uma falsa dicotomia entre os referidos paradigmas analíticos. Mais especificamente em se tratando de suas convergências, tanto a ACE quanto a ACD ignoram as bases cognitivas do discurso e da interação. Além disso, ambas são imprescindíveis para a análise da dimensão social do discurso, ao passo que a ACE se debruça sobre eventos de ordem micro e socialmente situados; a ACD tem como principais dados as relações sociais, bem como as suas estruturas, o que se caracteriza como uma natureza macro e global de tratar o fenômeno do discurso.

Tanto a ACE quanto a ACD têm gerado importantes e relevantes pesquisas sobre as ações realizadas nas interações sociais. Assim, “em outras palavras, seria improdutivo constituir a ACE e a ACD como direcionamentos de pesquisa incompatíveis. Pelo contrário, elas são bem aptas a se complementarem” (VAN DIJK, 1999, p. 460)¹³. Além disso, embora ainda haja puristas que preferem evitar aliar as duas perspectivas, com o passar do tempo, a interação entre essas teorias tem aumentado e gerado trabalhos que aplicam ambas abordagens.

11 Tradução realizada pelo autor. No original: If this position is ideologically problematic for Billig or other Critical Discourse Analysts, I Will simply have to Live with that – without apologies, I might add.

12 Tradução realizada pelo autor. No original: Conversation analysts will as surely find it problematic to stipulate to and presuppose the takes on the world which Critical Discourse Analysis presumes.

13 Tradução realizada pelo autor. No original: In other words, it would be unproductive to construe CA and CDA as incompatible directions of research. On the contrary, they are well able to complement each other.

3. METODOLOGIA

Esta seção tem como finalidade descrever o processo de geração de dados, bem como detalhar o processo de análise das interações transcritas. Por fim, cabe explicitar que a metodologia adotada neste trabalho é de natureza qualitativa e interpretativista nos termos de Denzin e Lincoln (2006); assim, aplica-se uma série de processos de geração de dados que vão desde a seleção de vídeos até à escolha dos excertos em que há existência de conflitos entre os participantes da interação.

3.1. Geração dos dados e procedimentos de análise

Os dados foram gerados a partir da gravação, em vídeo, de um ataque xenófobo envolvendo três homens e um refugiado sírio que vendia esfirras e outros alimentos típicos da culinária síria. O referido impasse ocorreu em uma das ruas de um bairro da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, local que, reconhecidamente, é lugar em que pessoas com alto poder aquisitivo residem e transitam.

O ataque xenófobo analisado neste trabalho recebeu muita repercussão da mídia, de forma que foi mencionado nos mais relevantes veículos de informação no Brasil¹⁴ e resultou em diversos vídeos, que “viralizaram” alcançando milhares de visualizações nas principais plataformas de *streaming* de vídeos da internet.

Mais especificamente, o vídeo utilizado como dado nessa pesquisa foi retirado da plataforma de vídeos YouTube¹⁵ e, até o momento, conta com 11.260 mil visualizações¹⁶. Adicionalmente, a análise se deu a partir da transcrição de cada fala em turnos conforme as convenções da ACE (JEFFERSON, 1996; HEPBURN; BOLDEN, 2013; HEPBURN, 2017), disponíveis no Anexo I. Além disso, as categorias de análise se fundamentam nos pressupostos da ACE. Mais especificamente, analisar-se-á como a sequencialidade das práticas de ataque e de defesa são empregadas pelos envolvidos na referida interação xenófoba.

Adicionalmente, embora se trate de um vídeo amplamente compartilhado, os nomes dos praticantes das atitudes xenófobas não foram divulgados e o mesmo ocorrerá neste trabalho. Em outras palavras, serão utilizados os seguintes nomes fictícios para se referir aos participantes preconceituosos da interação: “Marcos”, “Luís” e “André”, seguindo, assim, os procedimentos para a construção de uma pesquisa ética conforme estabelecido na Resolução nº 510 de 2016. No entanto, o refugiado sírio teve o seu nome

14 As notícias podem ser acessadas nos seguintes links:

<https://oglobo.globo.com/rio/refugiado-sirio-atacado-em-copacabana-saia-do-meu-pais-21665327>
<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2017/08/03/refugiado-sirio-e-e-agredido-enquanto-vendia-esfihas-em-copacabana.htm> Acesso em: 05 nov. 2020.

15 O YouTube é uma plataforma de compartilhamento de vídeos, em que os usuários podem consumir e disponibilizar conteúdos.

16 O referido vídeo pode ser assistido neste link: <https://www.youtube.com/watch?v=uTF9n6xf5pE&t=21s> Acesso em: 05 nov. 2020.

verdadeiro divulgado nas matérias jornalísticas, por essa razão, não faz sentido adotar um nome fictício para se referir a ele. Assim, utilizaremos seu nome verdadeiro, “Mohamed”.

4. ANÁLISE DE DADOS

Esta seção é dividida em duas subseções. A primeira tem como finalidade disponibilizar a transcrição da interação realizada entre Mohamed e outros três homens em uma rua localizada em um bairro da cidade do RJ. No segundo segmento, são realizadas as análises das interações dos atores sociais, turno a turno, a fim de promover inteligibilidades sobre as ações performadas.

4.1. A transcrição da interação

01	MARCOS	>essa terra aqui é no:ssa?< ((balançando duas barras de ferro na mão))
02		>vai tomá não?< (0.2)
03		>vai tomá nosso lugá não?<=
04		=>não vai roubá nosso lugá não?<
05	LUÍS	((derruba as esfirras do Mohamed no chão))
06	MARCOS	>SAI DO MEU PAÍS<
07		>Sou <u>BRASILEIRO</u> caralhoá< =
08	MOHAMED	= [>o que que é isso?<] ((olha e aponta para as esfirras no chão))
09		>o que que é isso?<
10		()
11	MARCOS	>sou <u>BRASILEIRO</u> <
12	MOHAMED	[>aqui também?<]
13	MARCOS	[>sou <u>BRASILEIRO</u> <]
14	MOHAMED	>por que:< =
15	MARCOS	= >FODA-SE?<
16		>SAI DO MEU PAÍS<
17	LUÍS	((empurra Mohamed))
18	MOHAMED	por que tu não faz com > <u>ELE</u> ?< ((aponta para o Marcos))
19		>FAZ COMIGO?<
20	ANDRÉ	°ou ou pega e vai pra lá mano° ((aponta para o outro lado da rua))
21	MARCOS	>SAI DO MEU PAÍS< ((gritando ao fundo))
22	MOHAMED	> <u>NÃO</u> VOU EMBORA <u>NÃO</u> < ((pega um pacote de esfirra do chão e põe no stand móvel))
23		> <u>NÃO</u> VOU EMBORA<
24		>EU VOU TRABALHAR <u>eu tenho licença</u> <
25		> <u>eu tenho licença comigo</u> <=
26	LUÍS	=>que licença, <u>licença comprada</u> ? ((balança as mãos em direção ao rosto de Mohamed))
27		>tira agora, tira agora<
28	MARCOS	>SAI DO MEU PAÍS< ((gritando ao fundo))
29	LUÍS	já falaram que não pode trabalhar <u>aqui</u> maluco
30	MARCOS	>SAI DO MEU PAÍS, SAI DO MEU PAÍS<

31 >SAI DO MEU PAÍS, SAI DO MEU PAÍS<
 32 >EU SOU BRASILEIRO<
 33 E::U (0.3) SOU, EU SOU BRASILEI:RO ((cantando))
 34 COM MUITO ORGU::LHO ((cantando))
 35 COM MUITO AMO::R ((cantando))

4.2. A análise da interação

A partir da primeira linha, Marcos introduz a sua fala apresentando uma visão de situação que se baseia no entendimento de que o refugiado poderia atuar como um agente que, aparentemente, poderia tomar o seu lugar. Nesse sentido, os protestos performados enfatizam a natureza do refugiado como um *outsider* (BECKER, 2008 [1963]), ou seja, como alguém que não pertence àquele local.

Posteriormente, na linha 4, o indivíduo em questão afirma que o refugiado >“não vai roubá nosso lugar não?“<, o que evidencia a existência de um conhecimento arraigado no mito do senso comum (HERITAGE, 1984; LINDWALL, 2016), que se baseia na evocação de uma crença hegemônica em que os empregos podem se tornar mais escassos uma vez que, em teoria, um emprego para um refugiado, significaria um a menos para o cidadão brasileiro. No entanto, é importante destacar que esse mito, além de ser nocivo e prejudicial, é uma inverdade, visto que, de acordo com os dados disponibilizados pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), realizados a partir do censo de 2018¹⁷, há um total de 11.231 de pessoas em situação de refúgio atualmente no Brasil, o que representaria 0,005% da população brasileira naquele ano¹⁸. Assim, é possível observar que, até o momento, as práticas de ataque apontam para a construção da imagem do refugiado como um indivíduo cuja simples presença representa perdas em potenciais para os nativos do país.

Na linha 5, Luís se alinha ao Marcos, e coloca-se em oposição ao refugiado sírio de forma a derrubar as esfirras que estavam em cima de seu *stand* móvel. Em adição, na linha 6, Marcos reafirma a sua postura contrária à permanência do sírio no local e, subsequentemente, na linha 7, ele afirma a sua nacionalidade brasileira, o que estabelece um confronto com a natureza “não-brasileira” do refugiado. Dessa forma, o status de intruso é, mais uma vez, reafirmado e confere uma suposta legitimidade às práticas ilegítimas desempenhadas por Marcos (FAIRCLOUGH, 1989).

Mohamed, então, na linha 8, sobrepõe o turno de Marcos e se posiciona contra as ações dos outros dois homens, o que pode ser observado a partir da realização de uma pergunta não conformativa¹⁹ (CLAYMAN, 2001; CLAYMAN; LOEB, 2018), que solicita uma justificativa para as ações que

17 O referido Censo Demográfico pode ser consultado em www.ibge.gov.br

18 O mesmo documento relata que, no ano de 2018, houve um total de 161,057 mil pedidos de reconhecimento de status de refugiado. Porém, ainda que todos esses pedidos fossem atendidos, a quantidade de pessoas em situação de refúgio no país equivaleria a 0,07% da população brasileira recenseada em 2018.

19 Nos termos de Clayman (2001), uma pergunta não conformativa são indagações que não podem ser respondida apenas com “sim” ou “não”, demandando respostas mais elaboradas.

estavam sendo performadas naquele dado momento. É importante destacar que a prática de fazer pergunta pode realizar diferentes ações tais como: pedir informação, exigir esclarecimentos, ameaçar, desafiar, ironizar, entre outras.

É interessante notar que, no turno subsequente, Marcos, na linha 11, realiza uma ação despreferida²⁰ (POMERANTZ; HERITAGE, 2013) e não justifica as atitudes que está performando e retoma a dualidade com Mohamed ao enfatizar, mais uma vez, sua nacionalidade brasileira. Dessa forma, estabelece-se uma assimetria entre os falantes, visto que um é brasileiro e o outro, não. Todavia, no turno seguinte, Mohamed se desalinha com a assimetria imposta por seu opositor e reclama para si o reconhecimento de que ele também deve ser reconhecido como um brasileiro.

Mohamed embora não seja brasileiro por nascimento, nem pelo processo de naturalização, se identifica como um cidadão que faz parte desse país ao afirmar “[>aqui também?<” (linha 12). Dessa forma, ele se apresenta como alguém que possui ligações afetivas com o Brasil, que é o país que o acolheu e que lhe garantiu o cumprimento de seus direitos humanitários internacionais. Além disso, é importante observar que todas as falas, até este momento, são desempenhadas de forma acelerada, o que reforça o caráter embativo da interação.

Na linha 14, Mohamed novamente performa a prática da pergunta com a ação de demandar uma justificativa para os eventos que estão se desencadeando naquela interação. Porém, na linha 15, novamente, há uma ação despreferida por parte de Marcos ao responder à solicitação de uma justificativa com uma ação ofensiva ao atacar Mohamed ordenando-lhe que saísse do país, o que evidencia um posicionamento xenófobo.

A partir da linha 17, Luís se alinha novamente a Marcos e empurra Mohamed, que, por sua vez, coloca-se contra essas atitudes e confronta diretamente seu segundo contendor e, novamente, se vale da prática da pergunta para performar a ação de pedir uma prestação de contas sobre o porquê de seu agressor não se colocar contra o seu primeiro opositor, que é indiciado a partir do pronome pessoal “ele” e da ação de apontar o dedo e, mais uma vez, realiza o pedido de uma justificativa para essas ações por meio das perguntas “por que tu não faz com >ELE?<” e “>Faz comigo?<”, linhas 18 e 19, respectivamente. Além disso, também é possível perceber, por meio da argumentação de Mohamed, que havia um desejo de que seu segundo opositor reconfigurasse seu alinhamento e se colocasse em discordância com as ações de Marcos.

Na linha 20, há a introdução de um novo participante brasileiro na interação que, utilizando-se de uma fala mais baixa e não acelerada, tenta dissuadir Mohamed a desistir do embate com os outros dois e que vá para o outro lado da rua. Em adição, há uma técnica de emprego do vocativo “mano” que estabelecerá uma relação de proximidade entre Mohamed e ele. Subsequentemente, Marcos continua os ataques xenófobos por meio da ação de gritar “>SAI DO MEU PAÍS<”.

20 Uma ação despreferida é aquela que não seria a mais adequada, ou a mais polida, de ser performada em um dado momento na interação, por isso é normal que elas sejam “suavizadas e tornadas indiretas de várias maneiras” (ATKINSON & HERITAGE, 1984, p. 53).

Diferentemente dos turnos realizados nas linhas anteriores, Mohamed abandona a prática da pergunta e se coloca contra seu opositor por meio da prática do grito e resiste aos diretivos ofensivos de Marcos por meio do turno “>NÃO VOU EMBORA NÃO<”, reconfigurando, assim, suas práticas de resistências. Além disso, Mohamed apanha os pacotes de esfirras que outrora estavam no chão e os recoloca sobre o *stand* móvel e, mais uma vez, afirma “>NÃO VOU EMBORA<”, o que evidenciaria uma mudança da apresentação de si mesmo (GOFFMAN, 1959), de forma que ele não mais se submete aos diretivos e às ofensas de Marcos e agora assume uma postura de alguém que também possui uma voz que deve ser ouvida, considerada e respeitada.

Essa atitude de Mohamed é entendida na ACD como o início de uma mudança discursiva (FAIRCLOUGH, 2003). É importante destacar que discurso aqui é entendido como uma forma de poder. Nesse sentido, Mohamed, agora, também tenta ir de encontro a práticas xenófobas que outrora eram hegemônicas.

Após a mudança de postura de Mohamed ante as ações de Marcos e de Luís, há uma alteração da situação da interação de forma que ele não só permanece no local, como havia afirmado que faria, como também estabelece que iria trabalhar. Nesse sentido, o ato de recolocar os pacotes de esfirras no *stand* móvel atua como uma sinalização de que Mohamed não recuará de sua nova postura de resistência. Adicionalmente, destaca-se que, pelo fato de ele possuir o status de refugiado, ele detém, amparado pela Lei nº 9474/97, direito garantido ao trabalho remunerado bem como à carteira de trabalho provisória. Assim, neste momento da discussão, na linha 24, Mohamed se apresenta como um cidadão munido de direitos trabalhistas e justifica a sua atuação como vendedor naquele local informando “>EU VOU TRABALHAR eu tenho licença<” e “>eu tenho licença comigo<”.

Após a reconfiguração da postura de Mohamed, na linha 26, Luís, sobrepondo sua fala à dele, lança dúvidas sobre a legitimidade de como a licença do vendedor sírio foi adquirida ao afirmar “que licença, licença comprada?”. É interessante destacar que, de acordo com a teoria do estigma proposta por Goffman (2019 [1963]), Mohamed se enquadra no grupo dos indivíduos “desacreditados”²¹, uma vez que a sua condição social faz com que ele seja, normalmente, objeto da desconfiança, do desprestígio e da desvalorização das outras pessoas que não compartilham dessa mesma situação social. Assim, Goffman (2019 [1963], p. 15) explica que “com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, por meio das quais, efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida”.

Em sequência, na linha 29, Luís ordena que Mohamed retire seus produtos do local, enquanto Marcos continua a gritar, incessantemente, para que Mohamed saísse do país. A partir desse momento, Luís argumenta que não

21 Goffman propõe que há dois grupos de pessoas estigmatizadas: os desacreditados e os desacreditáveis. Os primeiros possuem a sua “característica distintiva já é conhecida ou imediatamente evidente” (op. cit. p. 14). Nesse caso, a característica distintiva de Mohamed seria o seu estado de pessoa refugiada, além da própria nacionalidade síria, que é alvo de constantes ataques xenófobos. O segundo grupo, os desacreditáveis, se consiste no fato de que sua característica distintiva “não é nem conhecida pelos presentes nem imediatamente percebida por eles [as pessoas ‘normais’]”. (op. cit. p. 14)

era permitido trabalhar naquela rua e faz uso do vocativo “maluco”, que também atuaria como um xingamento e colocaria em xeque as faculdades mentais de Mohamed com o alvo de reforçar seu *status* de pessoa desacreditada.

Por fim, Marcos retoma o turno e continua a gritar os comandos “>SAI DO MEU PAÍS, SAI DO MEU PAÍS<” e, mais uma vez, volta a reafirmar a sua nacionalidade brasileira e, logo após, realiza a prática de cantar o refrão da música “Sou Brasileiro”, com o intuito de enfatizar a sua nacionalidade e o seu nacionalismo, que se configura em uma ação que propaga e fortalece o preconceito, a xenofobia e o racismo travestidos da valorização da própria cultura e da identidade brasileira, resultando em um movimento contra a mudança discursiva proposta por Mohamed anteriormente e reforçando seu discurso ilegítimo, o qual tem, como consequência, a reafirmação do poder hegemônico autoritário do nativo sobre a pessoa imigrante e o refugiado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, inicialmente, apresentaram-se os princípios norteadores propostos pela Análise da Conversa Etnometodológica, de maneira que tangenciou-se sua origem e suas concepções inovadoras sobre o ato de realizar ações a partir da fala, bem como de sua proposta de geração de dados que se fundamenta na empiria e nos dados naturalísticos de maneira que se excluem o uso da imaginação e da hipótese.

Considerando os objetivos deste trabalho, foi possível concluir que as práticas de ataques desempenhadas pelos participantes xenófobos, em sua maioria, fundamentam-se em aspectos macrodiscursivos, que estão relacionados a crenças e a sentidos comuns prejudiciais que estão presentes na sociedade, tais como as noções equivocadas de que imigrantes supostamente roubarão empregos dos nativos. As práticas de resistência, pelo contrário, são construídas a partir de elementos microdiscursivos que se desenrolam em momentos específicos da interação em andamento, tal como o ato de recolocar os pacotes de esfirras no *stand* móvel, ou a partir da prática de perguntas com a ação de exigir prestações de contas. Assim, destaca-se a necessidade de abarcar uma visão que alia a observação dos aspectos macro e micro para a análise das interações.

Em se tratando das relações de poderes, como proposto pela ACD, observa-se que Mohamed, durante o desenrolar da interação, desempenhou práticas e ações que resultaram em uma tentativa de mudanças discursivas que desafiavam as atitudes xenófobas e ofensivas de seus opositores; porém, infelizmente, as práticas discursivas ilegítimas lograram sucesso em suplantar o movimento anti-hegemônico de Mohamed. Assim, a entoação do refrão da música “sou Brasileiro” atuou como um recurso que materializou, de forma contundente, a assimetria entre os xenófobos nativos brasileiros e o refugiado; dessa forma, a interação foi encerrada com a manutenção das práticas discursivas preconceituosas alcançando o status de vencedora durante o embate analisado.

Por esse motivo, é necessário enfatizar que a prática da xenofobia, no Brasil, é uma atividade hegemônica e está presente desde a fala do atual Presidente da República, até aos cânticos que reforçam um sentimento de nacionalismo exacerbado que resulta na exclusão do estrangeiro. Adicionalmente, as atitudes xenófobas, em solo brasileiro, não se direcionam apenas aos refugiados que adentram o Brasil em busca de segurança, mas também são praticadas contra cidadãos nordestinos que imigram para o Sudeste em busca de ascensão social, como é possível observar em Amaral (2011). Tais situações apontam, de maneira contundente, para o quão naturais e cotidianas são as práticas de ataque às pessoas em situação de deslocamento.

Ainda em relação à relevância da análise acurada de interações sociais, esse trabalho auxilia a desconstruir a falácia de que os pressupostos da ACE, mesmo que demandem um olhar desmotivado, não possam desvelar os preconceitos e as práticas discursivas ilegítimas dos grupos dominantes quando estes se revelam na fala-em-interação.

Dessa forma, é válido salientar que as recentes pesquisas em ACE possuem o potencial de serem utilizadas para o desenvolvimento de políticas públicas, que têm como objetivo fornecer a equidade e o bem-estar dos indivíduos. Dentre essas pesquisas, destacam-se o trabalho de Ostermann (2017), que investiga como se dá a compreensão heteronormativa sobre gênero e sexualidade em um questionário realizado ao final de uma ligação para o Sistema Público de Saúde brasileiro; Sell (2012), que objetiva entender como ocorre a significação do abuso sexual infantil em interações entre um conselheiro tutelar e crianças e adolescentes vítimas dessa violência; Conona (2011), que fornece inteligibilidades sobre como o serviço prestado pelo 190 se constitui a partir do uso da língua e nas interações de teleatendimento.

Por fim, destaca-se que ainda há questões, neste trabalho, que não foram plenamente desenvolvidas tal como a representação da cultura do refugiado a partir da fala dos participantes da interação e a significação da experiência do refúgio a partir da interação social entre a pessoa em situação de deslocamento forçado e os indivíduos que atacam ou defendem a permanência da pessoa refugiada. Assim, esses temas poderiam se constituir como objetivos de investigação para uma possível ampliação desta pesquisa em tempo oportuno.

“Leave my country!” x “I won’t go away!” - Analysis of discursive practices of attack and resistance from the perspective of social interaction studies.

ABSTRACT

This article presents an analysis of a xenophobic interaction between a refugee in Brazil and three other Brazilian citizens. Thus, it is intended to understand how power relations, hegemonies, self-presentations are materialized in the afore mentioned social interaction. To conduct the analysis, the assumptions of Ethnomethodological Conversation Analysis and Critical Discourse Analysis are used. The results show that the attack practices are carried out through macrodiscursive resources, while the defense is carried out from a microdiscursive perspective. Furthermore, the existence of prejudiced beliefs about the person in a refugee situation is evidenced, who is discursively constructed as an individual whose purpose is to increase competition in the labor market or even steal social rights.

KEYWORDS: Ethnomethodological Conversation Analysis; Critical Discourse Analysis; Refugee; Inequalities; Xenophobia.

REFERÊNCIAS:

ANTUNES, J. A. P. J. Refugiados e saúde mental: acolher, compreender e tratar. **Psicologia, saúde & doenças**, v. 18, n. 1, p. 115-130, 2017.

ATKINSON, J.; HERITAGE, J. (Eds.). **Structures of social action**: Studies in conversation analysis. New York: Cambridge University Press, 1984.

BECKER, H. S. **Outsiders**. Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008 [1963].

BILLIG, M. Whose Terms? Whose Ordinariness? Rhetoric and Ideology in Conversation Analysis. **Discourse & Society**, v. 10, n.4, p. 543-558, 1999.

CHOMSKY, N. **The logical structure of linguistic theory**. New York: Plenum, 1975.

CHOMSKY, N. **Syntactic Structures**. The Hague: Mouton, 1957.

CLAYMAN, S. Answers and evasions. **Language in Society**, n. 30, 2001. p. 403-442

CLAYMAN, E. & LOEB, L. Polar Questions, Response Preference, and the Tasks of Political Positioning in Journalism, **Research on Language and Social Interaction**, v. 51, n. 2, p.127-144, 2018.

CLIFT, R. The structure of sequences I: preference organization. In: _____. **Conversation Analysis**. New York: Cambridge University Press, 2016. p. 140-184.

CORONA, M. O. **O universo do 190 pela perspectiva da fala-em-interação**. Tese de Doutorado, UNISINOS, 2011.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa – teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Language and Power**. London: Longman, 1989.

GARCEZ, P. M. A perspectiva da Análise da Conversa Etnometodológica sobre o uso da linguagem em interação social. In: LODER, Letícia L.; JUNG, Neiva M. **Fala-em-Interação Social**: Introdução à Análise da Conversa Etnometodológica. Campinas: Mercado de Letras, 2008. p. 17-38.

GARCIA, A. Understanding and doing conversation analysis: methodological approach. In _____. **An introduction to interaction**: understanding talk in formal and informal settings. London: Bloomsbury, 2013. p. 25-36.

GARFINKEL, H. **Studies in ethnomethodology**. Cambridge: Polity Press, 1996 [1967].

GOFFMAN, E. **The Presentation of Self in Everyday Life**. New York: Doubleday, 1959.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2019 [1963].

HEPBURN, A.; BOLDEN, G. the conversation analytic approach to transcription. In: SIDNELL, J.; STIVERS, T. (Orgs.). **The handbook of conversation analysis**. Oxford, UK: Wiley-Blackwell, 2013. p. 57-76.

HERITAGE, J. A change of state token and aspects of its sequential placement. In: HEPBURN, A.; BOLDEN, G. **Transcribing for social research**. London: Sage, 2017.

JEFFERSON, G. A case of transcriptional stereotyping. **Journal of Pragmatics**, v. 26, p. 159-170, 1996.

KUHN, T. S. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 1970.

LINDWALL *et al.* Epistemic status and the recognizability of social actions. **Discourse Studies**, v. 18, n. 15, p. 500-525, 2016.

LODER, L. L.; SALIMEN, P. G.; MÜLLER, M. Noções fundamentais: sequencialidade, adjacência e preferência. In: LODER, L. L.; JUNG, N. M. **Fala-em-Interação Social: Introdução à Análise da Conversa Etnometodológica**. Campinas: Mercado de Letras, 2008, p. 39-58.

MARCURSHI, L. A. Concepção de língua falada nos manuais de português de 1º. e 2º graus: uma visão crítica. In: **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 30, p. 39-79, 1997.

MARCURSHI, L. A. **Análise da Conversação**. São Paulo: Ática; 1986.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005 [1848].

OLIVEIRA, L. A. "Mate um nordestino afogado": análise crítica de um artigo da revista *época*. **Ling. (dis)curso (Impr.)** [online], v.11, n.2, pp.361-376, 2011.

OSTERMANN, A. C. 'No mam. You are heterosexual': Whose language? Whose sexuality? **Journal of Sociolinguistics**, vol. 21, n. 3 p. 348-370, 2017.

PEREIRA, C. G. C. "Por que você é voluntário?" As apresentações de si de um professor voluntário em um Centro de Atendimento ao Refugiado. **Veredas**, v. 25, n. 1, p. 101-121, 2021.

PEREIRA, C. G. C. Relatos de refúgio: uma análise da narrativa tipicamente laboviana. **Revista Eventos Pedagógicos**, v. 11, n. 2, p. 387-400, 2020.

PEREIRA, M. das G. D. Experiências de migração: construções identitárias e ressignificação de 'sonhos' em narrativas de um porteiro nordestino no Rio de Janeiro. (159-198), *In: A Entrevista na Pesquisa Qualitativa: Perspectivas em análise da narrativa e da interação / Orgs.: L. C. B. e W. S. dos S.* Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, cd 2013.

POMERANTZ, A.; HERITAGE, J. Preference. *In*: SIDNELL, J.; STIVERS, T. (Orgs.). **The handbook of conversation analysis**. Oxford, UK: Wiley-Blackwell, 2013. p. 210-228.

POMERANTZ, A. Agreeing and disagreeing with assessments: some features of preferred/dispreferred turn shapes. *In*: ATKINSON, J. M.; HERITAGE, J. (Eds.). **Structures of Social Action: Studies in Conversation Analysis** Cambridge, U.K., Cambridge University Press, 1984. p. 57-101.

SACKS, H. **Lectures on conversation**. Oxford: Blackwell, 1992.

SACKS, H. Lecture One: Rules of Conversational Sequence. **Human Studies**, v. 12, n.2, p 217-227, 1989.

SACKS, H. Notes on methodology. *In*: ATHINKSON, J. M.; HERITAGE, J. (Eds.). **Structures of Social Action: Studies in Conversation Analysis**. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 1984.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 28ª ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2012 [1916].

SELL, M. **Significando o abuso sexual infantil na fala-em-interação: estratégias interacionais acionadas por conselheiro tutelar e crianças na reconstrução da narrativa do abuso**. Tese de Doutorado, UNISINOS, 2012.

SCHEGLOFF, E. A. Schegloff's Texts' as 'Billig's Data': A Critical Reply. **Discourse & Society**, v. 10, n. 4, p. 558-572, 1999.

SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G.; SACKS, H. The Preference for Self-Correction in the Organization of Repair in Conversation. **Language**, v. 53, n. 2, p. 361-382, 1977.

STIVERS, T.; SIDNELL, J. Introduction. *In*: SIDNELL, J.; STIVERS, T. (Orgs.). **The handbook of conversation analysis**. Oxford, UK: Wiley-Blackwell, 2013. p. 1-8.

VAN DIJK, T. **Discurso e Poder**. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

VAN DIJK, T. **Cognição, discurso e Interação**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

VAN DIJK, T. **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

VAN DIJK, T. A. Critical Discourse Analysis and Conversation Analysis. **Discourse & Society**, v. 10, n.4, p. 459-460, 1999.

ANEXO I

Tabela de convenções de transcrição

.	(ponto final)	entonação descendente
?	(ponto de interrogação)	entonação ascendente
,	(vírgula)	entonação de continuidade
á	(seta para cima)	mais agudo
â	(seta para baixo)	mais grave
palav-	(hífen)	marca de corte abrupto
pala:::vra	(dois pontos)	prolongamento de som
Palavra	(sublinhado)	sílaba/palavra enfatizada
PALAVRA	(maiúscula)	intensidade/volume maior
°palavra°	(sinais de graus)	Intensidade/volume menor
>palavra<	(sinais de maior que / menor que)	fala acelerada
<palavra>	(sinais de menor que / maior que)	fala desacelerada
hh	(série de h's)	aspiração ou riso
.h	(h's precedidos de ponto)	inspiração audível
=	(sinais de igual)	elocuções contíguas, sem intervalo
[]	(colchetes)	falas simultâneas/sobrepostas
(2,4)	(números entre parênteses)	medida de silêncio em segundos
(.)	(ponto entre parênteses)	micropausa de até 2/10 de segundo
()	(parênteses vazios)	fala que não pôde ser transcrita
(palavra)	(segmento de fala entre parênteses)	transcrição duvidosa
((olha para baixo))	(parênteses duplos)	descrição de atividade não-vocal

*Jefferson, G., 2004. Glossary of transcript symbols with an introduction. Em G. H. Lerner, ed. *Conversation Analysis. Studies from the first generation*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 13-31.

